



Universidade de Brasília

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este artigo está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, prover um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso

Não Comercial — Você não pode usar o material para **fins comerciais**.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos jurídicos ou **medidas de caráter tecnológico** que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



This article is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material.

Under the following terms:

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

NonCommercial — You may not use the material for **commercial purposes**.

No additional restrictions — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

Esta licença está disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Mariátegui entre dois mundos:

Visões do

comunitarismo indígena

andino

Cristhian Teófilo da Silva¹

RESUMO

Este artigo visa demonstrar que a presença da herança andina no projeto de socialismo “indo-americano” de Mariátegui gerou uma tensão epistemológica original e crítica do pensamento social marxista na América Latina. A partir desta releitura da perspectiva mariateguiana apoiada em duas vertentes, indigenista peruana e marxista europeia, o presente artigo afirma a importância dos estudos sobre o indigenismo para a compreensão dos limites do socialismo de orientação marxista no Peru. O artigo será concluído ressaltando a importância do socialismo indo-americano de Mariátegui para a “descoberta” da constituição híbrida do modo de produção peruano.

PALAVRAS CHAVE

Indigenismo; marxismo; Peru; José Carlos Mariátegui

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo demostrar que la presencia de la herencia andina en el diseño del socialismo “indoamericano” de Mariátegui ha generado una crítica epistemológica original del pensamiento social marxista en América Latina. De este recuento la perspectiva de Mariátegui apoyada en dos frentes, indigenista peruana y marxista europea, este artículo defiende la importancia de los estudios sobre el indigenismo para la comprensión de los límites del socialismo marxista en el Perú. El artículo concluirá destacando la importancia del socialismo indo-americano de Mariátegui en el “descubrimiento” de la constitución híbrida del modo de producción peruana.

PALABRAS CLAVE

Indigenismo; marxismo; Perú; José Carlos Mariátegui

ABSTRACT

This article aims to demonstrate that the presence of the Andean heritage in Mariátegui’s “Indo-American” socialist project generated a new and critical epistemological tension of the Marxist social thinking in Latin America. From this mariateguian retelling, which is established in two ways, Peruvian indigenous and European Marxist, this article maintains the importance of studies on the indigenous movement to understand the boundaries of Marxist socialism in Peru. The text highlights the importance of Mariátegui’s Indo-

¹ Professor do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC/UnB) e coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (LAEPI). Pesquisador associado do Centre interuniversitaire d’études et de recherches autochtones (CIÉRA/Université Laval). Este artigo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: silvact@unb.br

American socialism in the “discovery” of the hybrid constitution of the Peruvian way of production.

KEYWORDS

indigenism; Marxism; Peru; José Carlos Mariátegui

Introdução: Mariátegui e a guinada indigenista da esquerda latino-americana

José Carlos Mariátegui (1894-1930), nascido aos pés da cordilheira dos Andes, na cidade de Moquega, foi escritor, periodista, sociólogo e político. Conhecido como o “primeiro” marxista latino-americano (Melis, 1971), sua singular trajetória e prolífica produção o tornaria melhor reconhecido como “o” primeiro marxista latino-americano. Colaborador, fundador e diretor de jornais, revistas e editora, em 1926 criou a revista *Amauta*, ou “sábio/sacerdote” em quéchua, da qual recebeu o apelido entre seus admiradores e adversários. Estas e outras revistas do mesmo período foram palco dos acirrados debates em torno da “peruanidade” dos serranos e dos limenhos que gravitavam em torno de ressentimentos e desconfianças típicos das relações entre centros urbanos (pretensamente liberais, cosmopolitas e modernos) e periferias rurais (supostamente tradicionais, provincianas e arcaicas). Estas tensões também eram sentidas no plano político-partidário, onde Mariátegui foi um importante interlocutor crítico da Alianza Popular Revolucionária Americana (APRA)

de Victor Raúl Haya de la Torre e fundador do Partido Socialista Peruano. Entre o campo intelectual, político e cultural do início dos anos 20 do século passado, Mariátegui produziu uma extensa obra voltada para a transculturação do método marxista e do projeto político socialista da Europa, em particular a Itália, para o Peru.

Para não reproduzir uma literatura crescente sobre o autor, sua biografia e sua obra - literatura esta que muitas vezes se capota interpretativismos do pensamento mariateguiano como precursor de perspectivas contemporâneas que vão dos estudos subalternos (Fernanda Beigel, 2001) ao decolonialismo (Rojas 2007), o que lhe permite ser “pai fundador” extemporâneo de vários “mariateguismos” na região, inspirando desde movimentos estudantis e indígenas até o zapatismo em Chiapas – o enfoque que será dado aqui a um aspecto de seu pensamento é precisamente aquele que diz respeito a sua guinada “indigenista”, justamente aquela que encarna seus maiores esforços de adaptação do socialismo europeu à realidade peruana. Esse aspecto é precisamente o cerne das polêmicas que surgiram em torno de suas idéias, que culminaram em desavenças com a III Internacional Comunista, em Montevideu (maio de 1929).

A partir desta perspectiva, espero demonstrar que, mais do que uma ruptura doutrinária ou ideológica com as orientações do *Comintern*, que se opunha à ideia de “repúblicas indígenas independentes” nas Américas e na África, a presença da herança andina no projeto de socialismo “indo-americano” de Mariátegui

gerou, a meu ver, uma tensão epistemológica, simultaneamente original e crítica (como é típico de toda revolução paradigmática), para a compreensão dos limites do socialismo de orientação marxista no Peru e nos demais países da América Latina com expressiva população indígena (Bolívia, Equador, Guatemala, México etc.).

Nas palavras de Fernanda Beigel, uma de suas intérpretes:

“En los años veinte, esta variante del ‘indigenismo’ (cuestionadoras de la feudalidad y el gamonalismo en los Andes peruanos) dejó de lado la idealización romántica del pasado incaico para trabajar sobre la imagen y los problemas del indio del presente. Bautizada en esta época como ‘andinismo’ fue una tendencia promovida por importantes intelectuales provincianos y, a pesar de su ‘defecto homogeneizante’, debe destacarse porque marcó una diferencia con el modernismo romántico. Muchos de sus adherentes formaron parte de algunos intentos de superar las visiones filantrópicas que venían orientando el trabajo de algunos intelectuales limeños, expresión de lo cual fue el Grupo Resurgimiento, fundado en Cusco. Mariátegui adhirió a este movimiento y se vinculó con los exponentes del ‘andinismo’. Uno de sus representantes más célebres, Luis E. Valcárcel, fue colaborador estrecho de la revista *Amauta*.” (BEIGEL 2001: 40)

O projeto mariateguiano para um “Nuevo Perú” foi precisamente aquele que colocou os problemas indígenas - ao invés do “índio” como um problema- como principal tema de discussão. Seus: “Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana” (1928) e “El problema de las razas en América Latina” (ver Mariátegui, 1994) são referências centrais para elucidação do projeto de “peruanização” do Peru através da compreensão dos

problemas indígenas. Como observou Felipe Lagos Rojas:

“En la primera columna donde nuestro autor aborda el problema del indio, titulada ‘El problema primario del Perú’ y publicada en *Mundial* en diciembre de 1924, leemos que Mariátegui precisa: ‘Cuando se habla de la peruanidad, habría que empezar por investigar si esta peruanidad comprende al indio. Sin el indio no hay peruanidad posible. Esta verdad debiera ser válida, sobre todo, para las personas de ideología meramente burguesa, demoliberal y nacionalista’ (Mariátegui, 1986: 44).” (Rojas, s/d)

Entretanto, para reconhecer a guinada indigenista² no socialismo de Mariátegui, mais do que lidar com sua valorização do “índio” propriamente dito, é necessário lidar com aquilo que seria sua compreensão do comunitarismo indígena andino, advinda do trânsito entre dois mundos, o marxista e o indigenista, enquanto províncias finitas de significado, para falar como Alfred Schütz. Essa compreensão passa necessariamente pelo seu entendimento, sob uma ótica marxista, do socialismo original praticado pelos indígenas nos Andes, da violência colonial do “feudalismo” e “gamonalismo”³ como processo de expropriação fundiária, e a conseqüente subalternização dos indígenas, sendo a combinação desses elementos aquilo que Mariátegui define como o “problema da terra” no Peru.

Compartilho assim da leitura de Sonia Ranincheski e Simone Rodrigues Pinto, quando

2 Por “indigenismo” refiro-me à ênfase dada por Mariátegui aos problemas indígenas como centrais para estabelecer um projeto nacional para o Peru.

3 “Gamonalismo” refere-se a um sistema de poder surgido no Peru na segunda metade do século XX a partir de práticas violentas de expropriação fundiária dos ayllus andinos para constituição de latifúndios e formas autoritárias de mando.

reconhecem na “novidade” do pensamento de Mariátegui o principal diferencial do pensamento latino-americano, notadamente: “a necessidade de adequar o marxismo ortodoxo à realidade do continente e incluir entre os subordinados a população indígena”. (2009: 97) Desse modo, torna-se imperativo questionar como, exatamente, os indígenas são pensados pelo marxismo? E como Mariátegui pretende realizar sua “inclusão” no socialismo?

O “comunitarismo indígena” entre o marxismo e o indigenismo

A questão indígena convertia-se no início do século XX no principal tema de discussão não só do Peru, onde multiplicaram revistas e jornais voltados para uma estética-política indigenista, mas do continente. Como exemplo veja-se as movimentações e diálogos de Moisés Sáenz e John Collier no México e Estados Unidos, onde o socialismo e a questão indígena também aparecem misturados (Blanchette, 2009). Esses debates indigenistas compartilhavam e reproduziam, por sua vez, duas dimensões de enquadramento do tema, uma de caráter político e ideológico e outra estética, afetiva e cultural, que não passavam necessariamente pela consideração da perspectiva indígena das coisas ou de sua ação sobre o mundo. (BEIGEL 2001: 43)

O “indigenismo” de Mariátegui se mostrou revolucionário precisamente por superar essa visão reducionista do “índio” presente nos movimentos “indianistas” que o concebiam como mera *tabula rasa* a ser inscrita pelas projeções dos *criollos*, mestiços e brancos em seus impulsos criativos, seja de orientação política ou artística, bem intencionada ou não. Mariátegui apostava em um socialismo indígena cujos realizadores deveriam ser os próprios indígenas. Nas suas palavras:

“Las ‘comunidades’ que han demostrado bajo la opresión más dura condiciones de resistencia y persistencia realmente asombrosas, representan el el Perú un factor natural de socialización de la tierra. El indio tiene arraigados hábitos de cooperación. Aún cuando de la propiedad comunitaria se pasa a la apropiación individual y no sólo en la Sierra sino también en la Costa, donde un mayor mestizaje actúa contra las costumbres indígenas, la cooperación se mantiene: las labores pesadas se hacen en común. La ‘comunidad’ puede transformarse en cooperativa, con un mínimo esfuerzo.” (Mariátegui, “El problema de las razas en América Latina”).

Esta visão de Mariátegui sobre os “hábitos de cooperação” indígenas está assentada em uma crença na espiritualidade indígena como intrinsecamente solidária e espontaneamente comunitarista⁴. Visão derivada, por sua vez, de uma conciliação de duas fontes contraditórias de representação do “índio”: uma marxista e outra incaísta ou indo-peruana.

Karl Marx e Friedrich Engels, como sabemos, nutriam uma compreensão evolucionista acerca das “sociedades

4 Adoto o termo “comunitarismo” aqui apenas para diferenciá-lo do termo “comunista” que acarretaria outras confusões interpretativas e conotações políticas.

primitivas”. As interpretações de Engels, a partir das notas de Marx, sobre a “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (1884) se apóiam extensamente nos estudos de Lewis Henry Morgan sobre os estágios materialistas de evolução das sociedades humanas, ora classificados como estados de selvageria, barbárie e civilização regulados por diferentes graus de poder tecnológico de transformação e apropriação de recursos naturais. Veja-se, por exemplo, como Engels descreve os índios e seu grau de evolução:

“Aqui encontramos – os peles-vermelhas vão servir-nos de exemplo – a constituição gentílica completamente formada. Uma tribo se dividiu em diversas gentes, geralmente duas; com o aumento da população, cada uma dessas gentes originais se divide em várias gentes-filhas, para as quais as gens-mãe aparece como fratria; a própria tribo se subdivide em várias tribos, em cada uma das quais vamos encontrar, na maioria dos casos, as antigas gentes; uma liga compreende, ao menos em certos casos, as tribos aparentadas. Essa organização simples satisfaz completamente às condições sociais das quais ela se originou. Ela nada mais é que o seu agrupamento próprio, natural; ela está em condições de dirimir todos os conflitos que possam surgir dentro da sociedade assim organizada. Para fora, basta a guerra; pode redundar no aniquilamento da tribo, nunca, porém, em sua escravização. É o grandioso, mas também o limitado da constituição gentílica, que ela não tenha espaço para dominação e servidão. Internamente, ainda não há diferença entre direitos e deveres; a questão de saber se a participação nos problemas públicos, vingança de sangue ou indenização seja um direito ou um dever não existe para o índio; ela lhe parece tão absurda quanto saber se comer, dormir, caçar seriam um direito ou uma obrigação. Tampouco podia ocorrer uma divisão da tribo ou da gens em diferentes classes. E isso nos leva ao exame da base econômica da situação.” (Engels In: Fernandes, 1989: 319-320)5

5 Vale lembrar que, para Florestan Fernandes: “O livro de F. Engels, A origem da família, da propriedade privada e do Estado teve enorme fortuna, entre socialistas e comunistas, circulando com o peso de clássico na bibliografia acreditada. (...) O livro se situa, claramente, no campo da história comparada e segue com firmeza, como o próprio Engels deixa patente, o método e a teoria do materialismo histórico.” (Fernandes, 1989: 79)

Marx e Engels herdaram de Morgan o “etapismo” típico do materialismo histórico que erra duplamente ao supor que as “sociedades gentílicas” são formas “primitivas”, no sentido de “anteriores”, “arcaicas” e “simples” de sociedade e que as instituições das sociedades modernas européias, como o casamento monogâmico, por exemplo, representam o estágio último de evolução humana, donde a civilização seria, por sua origem, o resultado de um progresso histórico linear e unidirecional. Daí pode-se compreender melhor a enigmática frase de Marx na “Contribuição à Crítica da Economia Política”, quando fala que a “anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”.

Sabemos, a partir do “reencuentro” de Aníbal Quijano com o pensamento de Mariátegui, que este se aproximou do marxismo teórico a partir da leitura de Benedetto Croce, Labriola, Sorel, Gramsci e Clarté, além de Lenin e Trotsky, dentre outros (Messeguer *apud* Quijano 2007, p. LXIX), o que conferiu à perspectiva marxista mariateguiana um caráter mais aberto e flexível (leia-se menos ortodoxo e mais culturalista). Por outro lado, Mariátegui se apóia no estudo de Hildebrando Castro Pozo: “*Nuestra comunidad indígena*”, livro no qual se estabelece que: “(...) el ayllu o comunidad, ha conservado su natural idiosincrasia, su carácter de institución casi familiar en cuyo seno continuaron subsistentes, después de la conquista, sus principales factores constitutivos” (Cit. en Mariátegui, 1980: 81-82 *apud* Lagos Rojas, s/d).

Esta representação do “índio” no seio do materialismo histórico e do indigenismo incaísta engendra distorções e equívocos há muito

superados pelo conhecimento etnológico destes povos. Entretanto, este discurso era a expressão mais avançada do pensamento antropológico de meados ao fim do século XIX. Para empregá-la na interpretação da realidade peruana, Mariátegui precisou superar não somente as distorções do materialismo histórico sobre o “índio primitivo”, mas também a romantização indigenista do “Imperio Inka” que defendia um retorno às tradições como forma de “peruanizar o Peru”. Isto implicou construir uma nova imagem do “índio” como um socialista prático, ou seja, aquele que vive o socialismo a partir de sua própria experiência comunitária.

Omar Astorga, um intérprete venezuelano do pensamento de Mariátegui, observa que:

“Mariátegui hizo un notable énfasis en las semejanzas que existían entre la comunidad indígena y la comunidad primitiva a la cual se refirió

Marx cuando hablaba del comunismo, pero sobre todo planteó la posibilidad de reivindicar la idea de comunidad a partir de las ideas de cooperación, solidaridad y propiedad colectiva de la tierra que se planteaban en el seno del proyecto socialista.”

(Astorga, 2005: 4-5)

Mariátegui não associa, portanto, os incas como “índios” a um estado de organização gentílica, ao contrário, encontra no “império inkaico” uma forma superior de transformação civilizatória do “índio gentílico”. Em suas palavras:

“La organización colectivista, regida por los Inkas, había enervado en los indios el impulso individual; pero había desarrollado extraordinariamente en ellos, en provecho de este régimen económico, El hábito de una humilde y religiosa obediencia a su deber social. Los Inkas sacaban toda la utilidad social posible de esta virtud de su pueblo, valorizaban el vasto territorio del Imperio construyendo caminos, canales, etc., lo extendían sometiendo a su autoridad tribus vecinas. El trabajo colectivo, el esfuerzo común, se empleaban fructuosamente en fines sociales.” (Mariátegui, 2007: 07)

Segundo Mariátegui, a conquista espanhola teria interrompido a “evolução natural” da organização cooperativa andina substituindo a “formidável máquina de produção” que era o império Inka pela escravidão, o servilismo feudal e outras formas de violência, como parte de uma nova e inesperada situação histórica que seria herdada pelos *criollos* peruanos das *haciendas* e das minas. É no interior dessa nova ordem hegemônica, para falar como Gramsci, que Mariátegui enxerga não mais o “índio” como representante de estágios evolucionistas, mas os problemas indígenas decorrentes da expropriação fundiária e formas pré-capitalistas de exploração de sua força de trabalho.

Desse modo:

“Mariátegui (...) caracteriza al indio en función de su ‘ser social’ en sentido marxista, ya no como raza o etnia sino como clase, lo que permite esclarecer la forma histórica de la dominación capitalista, y su particular forma de proletarización, advirtiendo que las contradicciones que emergen de la sobrevivencia en la estructura productiva de esta clase niegan la validez del conjunto superestructural jurídico-político que, desde la independencia, viene definiéndose en términos republicanos y democrático-liberales (...).” (Lagos Rojas, s/d)

Tais eram os parâmetros etnológicos, sociológicos, históricos e políticos com os quais Mariátegui poderia apoiar sua interpretação do comunitarismo indígena entre o marxismo e o indigenismo e produzir a imagem do “índio-socialista” para o Peru. As conclusões a que chega partindo daí surpreendem pela profundidade com que compreendeu a condição indígena como um processo de subalternização colonial, onde a revolução socialista deveria ganhar contornos de uma inevitável descolonização.

Foi a movimentação de Mariátegui entre estes dois campos semânticos que tornou sua interpretação marxista do problema indígena digna de atenção, justamente porque as utiliza para ir além do modo convencional de problematizar o “índio” como problema (ver Lagos Rojas, s/d). Isto foi feito com o intuito de posicionar o índio como sujeito histórico natural da revolução socialista. Em suas palavras: “El indio no representa únicamente un tipo, un tema, un motivo, un personaje. Representa un pueblo, una raza, una tradición, un espíritu.” (1980: 332)

À luz destes argumentos e a título de provocação final, gostaria de retomar um questionamento de Fernanda Beigel a respeito de Mariátegui. Ela pergunta: “Frente a todo esto, debiéramos preguntarnos: nos encontramos frente a un intelectual marxista europeizado o frente a un fanático indigenista tradicionalista?” (BEIGEL 2001: 44)

Provavelmente, nem uma coisa nem outra, mas uma combinação de ambas. Parece-me extemporânea qualquer tentativa de rotular Mariátegui conforme os embates discursivos pós-modernos, pós-coloniais ou pós-imperiais contemporâneos. Mais honesto é reconhecer em seu pensamento as características de um clássico que soube colocar o método marxista a serviço da exposição da especificidade dos problemas indígenas na estrutura econômica e no processo de construção da nação peruana. Este empreendimento permitiu a Mariátegui “descobrir” a particularidade da formação socioeconômica da América Latina promovendo, segundo Quijano, uma “subversão teórica crucial” que superava a sequência evolucionista unilinear dos “modos de produção”, eixo do

“materialismo histórico” enquanto método, para interpretar a realidade peruana: “(...) Mariátegui llegara a la conclusión de que en el Perú de su tiempo dichos ‘modos de producción’ actuaban estructuralmente asociados, conformando así una compleja y específica configuración de poder en un mismo momento y en un mismo espacio históricos.” (Quijano, 2007, p. CXVII)

Não é por ser marxista, indigenista ou mesmo latino-americano que Mariátegui teve algo a dizer às perspectivas políticas de esquerda da América Latina frente aos problemas indígenas. Afinal, esses rótulos são aplicados a muitos outros que não souberam articular de modo tão contundente uma interpretação da realidade social em favor dos povos indígenas. O pensamento socialista de Mariátegui se mostra clássico pelo fato de ter sido exemplar do modo como intelectuais de esquerda podem realizar a transculturação conceitual do marxismo engendrado na Europa para as circunstâncias históricas da América Latina sem tropeçar na xenofilia das idéias, conceitos e utopias vindos de fora ou na xenofobia tradicionalista que faz do “comunitarismo indígena” a cura de todos os males, seja do capitalismo ou do socialismo. Como observou Fernanda Beigel: “Pero es evidente que se trataba de un marxismo *permeable a la herencia andina*, posible sólo dentro de un universo discursivo que convirtió a la idea de ‘revolución’ y al referente social de las comunidades indígenas en elemento vital del pensamiento político y estético”. (BEIGEL 2001: 56)

Pelo exposto, compartilho da apreciação de Omar Astorga, para quem: “En el caso de Mariátegui, creemos que su obra es igualmente un testimonio de la fuerza pero también de las contradicciones que surgieron a comienzos del siglo XX – y que todavía persisten – en torno a las reivindicaciones del comunitarismo indígena frente a las demandas del proceso capitalista modernizador.” (Astorga, 2005: 6)

Infelizmente, o projeto de Mariátegui não encontrou eco nas perspectivas políticas de esquerda seja no Peru ou na América Latina em prol das lutas pela autodeterminação e proteção dos territórios indígenas, valendo lembrar que: “Na Bolívia os indígenas só tiveram o reconhecimento de seu direito à terra a partir da revolução de 9 de abril de 1952, que foi seguida da reforma agrária de 1953. Os indígenas peruanos, por sua vez, tiveram de esperar mais tempo, pelo movimento militar de 1968, que levou a reforma agrária de 1970”. (Melatti, 1998: B-32)

BIBLIOGRAFIA

ASTORGA, Omar. “José Carlos Mariátegui: La recuperación de la comunidad en los Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana”. Araucaria, Segundo Semestre, Año/ Vol. 7, número 014, 2005.

BEIGEL, Fernanda. “Mariátegui y las antinomias del indigenismo”. Utopia y Praxis Latinoamericana, junio, año/vol. 6, nº 013, 2001.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. “Políticas Indigenistas e Cidadania no México e EUA: John Collier, Moisés Saénz e os Índios das Américas”. In: SILVA, Crithian Teófilo da; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; BAINES, Stephen (orgs.). Problemáticas Sociais para Sociedades Plurais: Políticas Indigenistas, Sociais e de Desenvolvimento em Perspectiva Comparada. São Paulo: Annablume; Brasília: FAP/DF, 2009.

FERNANDES, Florestan (org). Marx/Engels: História. São Paulo: Ática, 1989.

MARIÁTEGUI. Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007 [1928].

MARIÁTEGUI. “El problema de las razas en la América Latina”. In: Mariátegui total. Lima: Empresa Editora Amauta S.A, 1994.

MELATTI, Julio Cezar. Áreas Etnográficas da América Latina. Apostila destinada a curso de extensão. Texto em permanente processo de acréscimo e reformulação. Disponível em: www.juliomelatti.pro.br/areas/00areas.htm, 1998.

MELIS, Antonio. “Mariátegui, primer marxista de América”. In: MELIS, Antonio; DESSAU, Adalbert; KOSSOK, Manfred. Mariátegui, tres estudios. Lima: Biblioteca Amauta, 1971.

QUIJANO, Aníbal. “Prólogo: José Carlos Mariátegui – Reencuentro y Debate”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. 7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2007.

RANINCHESKI, Sonia & PINTO, Simone Rodrigues. “O pensamento social peruano de José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de La Torre”. In: FERNANDES, Ana Maria Fernandes & RANINCHESKI, Sonia (Orgs.). *Américas Compartilhadas*. São Paulo: Editora Francis/Verbena, 2009.

ROJAS, Felipe A. Lagos. “El socialismo de Mariátegui y la crítica de-colonial: un diálogo indoamericano”. 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2007/pensa/lagos.pdf>